

COLEGIAD.



JUCESP PROTOCOLO
556708/06-4



**ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA
DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 433, 7º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 65.654.303/0001-73, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

vêm celebrar a presente "Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Subordinada, da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil", doravante designadas simplesmente "Escritura" e "Debêntures", respectivamente, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base em deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias da Emissora realizadas em 8 de maio de 2006 e 16 de junho de 2006, arquivada e enviada para arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP ("JUCESP"), respectivamente, em 23 de maio de

2006 e 19 de junho de 2006 e publicadas no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no jornal “Cidade de Barueri” em 14 de junho de 2006 e 21 de junho de 2006, e no jornal “DCI – Comércio, Indústria & Serviços” na edição de 15 a 19 de junho de 2006 e na edição de 21 de junho de 2006, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações (“AGEs”).

1.2 Adicionalmente, os acionistas da Emissora reunidos nas AGEs delegaram ao Conselho de Administração da Emissora poderes para, reunidos em Reunião do Conselho de Administração, deliberar sobre todas as condições das Debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive para alterá-las do modo que julgar mais conveniente, bem como para deliberar sobre a remuneração final das Debêntures da 1ª Série (“RCA”).

2. DOS REQUISITOS

2.1 A emissão de Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação das AGEs e da RCA

2.1.1.1 As atas das AGEs que deliberaram sobre a presente emissão de Debêntures (“Emissão”) foram devidamente arquivadas na JUCESP e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no jornal “Cidade de Barueri” e no jornal “DCI – Comércio, Indústria & Serviços”, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2 A ata da RCA que deliberou sobre todas as condições de que tratam os incisos VI a VII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no jornal “Cidade de Barueri” e no jornal “DCI – Comércio, Indústria & Serviços”, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2 Inscrição da Escritura

2.1.2.1 A presente Escritura será inscrita na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

2.1.3.1 A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução nº 400/03") e das demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.1.4 Registro e Negociação em Sistema de Liquidação e Custódia

2.1.4.1 As Debêntures da presente Emissão deverão ser registradas (A) para distribuição no mercado primário (i) no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (B) para negociação no mercado secundário: (i) no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no Sistema de Negociação BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA"), sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

2.1.5 Registro na Associação Nacional de Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID")

2.1.5.1 A Emissão deverá ser elaborada e registrada de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil.

2.1.6 Arquivamento de Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Emissora na CVM

2.1.6.1 A presente Emissão é a primeira emissão realizada no âmbito do primeiro programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações e/ou notas promissórias da Emissora, aprovado por acionistas da Emissora reunidos nas AGEs, o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos e limite de R\$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), e será arquivado na CVM nos termos da Instrução nº 400/03.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem como objeto, exclusivamente, a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 4ª (quarta) emissão de Debêntures da Emissora.

3.3 Montante da Emissão

3.3.1 O montante da Emissão é de R\$5.700.000.000,00 (cinco bilhões e setecentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo, e observado o disposto no item 4.1.4 abaixo.

3.4 Distribuição

3.4.1 A Emissora não poderá efetuar nova emissão antes de terem sido colocadas todas as Debêntures objeto desta Emissão, ou canceladas as séries não colocadas, nem negociar nova série da mesma emissão antes de colocada a anterior ou cancelado o saldo não colocado.

3.5 Destinação dos Recursos

3.5.1 Tendo como horizonte o período da emissão, no contexto do plano estratégico da Emissora, os recursos da captação por meio da Emissão que venham a ser obtidos pela Emissora serão utilizados no financiamento das operações de arrendamento mercantil da Emissora conforme a demanda do mercado por operações dessa natureza, bem como na composição de caixa visando preservar sua liquidez, por meio de aplicações em títulos de emissão de instituições financeiras e em outras modalidades admitidas pela regulamentação em vigor, preferencialmente de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. ("Unibanco").

3.6 Forma e Procedimento de Colocação

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e/ou por meio do BOVESPAFIX, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas pela CBLC, com tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta, sem recebimento de reservas antecipadas. A oferta será destinada a investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, e alterações posteriores, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes do coordenador líder da distribuição das Debêntures ("Coordenador Líder") que tenham amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes às Debêntures, bem como acesso ao prospecto e ao suplemento da Emissão. A oferta não é destinada aos investidores que: (i) necessitam de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário negociação de debêntures é restrito; ou (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de sociedades que atuam no setor de arrendamento mercantil.

3.6.2 A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início de Distribuição, que deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da data de

concessão do referido registro pela CVM; e (c) a disponibilidade do prospecto e do suplemento definitivos para os investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até o período máximo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição.



3.7 Banco Mandatário

3.7.1 O Unibanco será o Banco Mandatário da Emissora junto ao SND.

3.8 Instituição Depositária e Escrituradora

3.8.1 O Unibanco será a Instituição Depositária e Escrituradora das Debêntures desta Emissão.

3.9 Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação

3.9.1 A Emissora, a critério do Coordenador Líder, poderá solicitar modificação ou revogação da oferta perante a CVM, para que esta, a seu juízo, nos termos do artigo 25 da Instrução nº 400/03, assim autorize na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Emissão perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria oferta.

3.9.2 É sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos Debenturistas ou para renúncia à condição da Emissão estabelecida pela Emissora.

3.9.3 A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas, na forma e condições previstas no prospecto e respectivo suplemento da Emissão.

3.9.4 Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, por meio de correspondência protocolada na sede da Emissora, na forma prevista no item 4.8.2 abaixo, o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de manutenção dela na hipótese de silêncio.

3.9.5 Na hipótese de o Debenturista manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente Emissão, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida à aceitação da oferta, na forma e condições que deverão estar previstas no prospecto e respectivo suplemento da Emissão.

3.9.6 Na hipótese do item 3.9.4 acima, deverá ser elaborado aditivo à presente Escritura para consolidar as novas características e condições das Debêntures, sendo que a modificação dos termos da Emissão deverá ser divulgada ampla e imediatamente nos termos do item 4.8.1 abaixo e as instituições intermediárias deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições da Emissão.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas

4.1.1 *Valor Total da Emissão*

4.1.1.1 O valor total da Emissão será de R\$5.700.000.000,00 (cinco bilhões e setecentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo, observado o disposto nos itens 3.4 acima e 4.1.4 abaixo.

4.1.2 *Valor Nominal Unitário*

4.1.2.1 As Debêntures da 1ª Série, conforme definidas abaixo, terão valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série”).

4.1.2.2 As Debêntures da 2ª Série, conforme definidas abaixo, terão valor nominal unitário de 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série” e, quando referidos em conjunto com o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, “Valor Nominal Unitário”).

4.1.3 *Número de Séries*

4.1.3.1 A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo 700 (setecentas) Debêntures da 1ª série (“Debêntures da 1ª Série”) e 5.000.000 (cinco milhões) de Debêntures da 2ª série (“Debêntures da 2ª Série”).

4.1.4 *Quantidade de Debêntures*

4.1.4.1 Serão emitidas 5.000.700 (cinco milhões e setecentas) Debêntures, observado o disposto nos itens 3.4 acima e 4.1.4.2 e 4.1.4.3 abaixo.

4.1.4.2 Nos termos do artigo 14, § 2º, da Instrução nº 400/03, da CVM, e das atas das AGEs, a quantidade de Debêntures a serem distribuídas poderá, a critério da Emissora e sem a necessidade de novo pedido à CVM ou modificação dos termos desta Escritura, ser aumentada até um montante que não exceda a 20% (vinte por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas (“Debêntures Adicionais”). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais, nos termos do item 4.5.2 abaixo.

4.1.4.3 Nos termos do “Instrumento Particular de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em 2 (duas) Séries, da 4ª Emissão Pública da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil”, das atas das AGEs e do artigo 24 da Instrução nº 400/03, o Coordenador Líder terá a opção de, caso, a seu critério, a procura pelas Debêntures assim justifique, aumentar a quantidade de Debêntures a distribuir junto aos

destinatários da Emissão, nas mesmas condições e preço constantes desta Escritura, até um montante equivalente a ~~15%~~ (quinze por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas.

4.1.4.3.1 A opção outorgada ~~nos termos do item 4.1.4.3~~ deverá ser exercida em até (i) 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início para as Debêntures da 1ª Série; e (ii) 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início para as Debêntures da 2ª Série, devendo o Coordenador Líder comunicar a Emissora, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência, da intenção de exercer a opção de distribuição de lote suplementar de Debêntures.

4.1.4.3.2 Na hipótese do item 4.1.4.3, o Coordenador Líder deverá informar à CVM, até o dia posterior ao do exercício da opção de distribuição de lote suplementar de Debêntures, a data do respectivo exercício e a quantidade de Debêntures envolvidas, que deverá ser considerada para fins de registro da presente Emissão pela CVM.

4.1.5 *Data de Emissão*

4.1.5.1 Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2006 ("Data de Emissão").

4.1.6 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.6.1 As Debêntures da 1ª Série terão prazo de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2016 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série").

4.1.6.2 As Debêntures da 2ª Série terão prazo de 15 (quinze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2021 ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série").

4.1.6.3 Na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série e na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série a Emissora se obriga a proceder ao

pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva remuneração devida, calculada conforme o item 4.3 abaixo.

4.1.7 *Forma e Emissão de Certificados de Debêntures*

4.1.7.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa-escritural, não havendo emissão de certificados de debêntures.

4.1.7.2 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pela Instituição Depositária.

4.1.7.3 Adicionalmente, será expedido pelo SND "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND, e, para as Debêntures depositadas na CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista emitido pela CBLC.

4.1.8 *Convertibilidade*

4.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.9 *Espécie*

4.1.9.1 As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.2 *Atualização do Valor Nominal*

4.2.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.3 *Remuneração*

4.3.1

Remuneração das Debêntures da 1ª Série

4.3.2

Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série

4.3.2.1

As Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes a, no máximo, 102,2% (cento e dois inteiros e dois décimos por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, sendo que o percentual acima referido será definido em processo de *bookbuilding*, conforme explicitado no item 4.3.2.2 ("Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série") incidente sobre o Valor Nominal da Debênture da 1ª Série, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data do pagamento da remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.3.2.3 abaixo.

4.3.2.2

O processo de *bookbuilding* consiste na verificação, perante os investidores, da demanda pelas Debêntures da 1ª Série em diferentes níveis de taxa de juros. O percentual da Taxa DI final é equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para lotes de Debêntures da 1ª Série cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures da 1ª Série. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da Emissora fixará o percentual da Taxa DI, conforme o artigo 59, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.3.2.3

Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo a primeira Data de Pagamento da Remuneração 6 (seis) meses após 1º de junho de 2006, ou seja, 1º de dezembro de 2006, e assim

sucessivamente e a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série coincidindo com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.

4.3.2.4 Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor unitário dos juros flutuantes referente às Debêntures da 1ª Série acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada período de capitalização, conforme definido no item 4.3.2.3 acima.

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

“Fator DI” corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início de cada período de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right), \text{ onde}$$

“n” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro.

“p” corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais. No caso das Debêntures da 1ª Série, “p” será definido em processo de *bookbuilding*, conforme explicitado no item 4.3.2.2.

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde}$$

“DI_k” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

4.3.2.5 Para efeito dos cálculos previstos no item anterior:

- i) o fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- iii) uma vez o Fator DI estando acumulado, considera-se o fator resultante com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.3.2.6 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.3.3 *Remuneração das Debêntures da 2ª Série*

4.3.4 *Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série*

4.3.4.1 As Debêntures da 2ª Série renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das Taxas DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série,

pro rata temporis, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento (“Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série”);

4.3.4.2 Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão pagos na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, exceto se de outra forma estiver expressamente previsto na presente Escritura.

4.3.4.3 Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor unitário dos juros flutuantes acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série de emissão da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

“Fator DI” corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início de cada período de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right), \text{ onde}$$

“n” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro.

“p” corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais. No caso das Debêntures da 2ª Série, “p” é igual a 100 (100% da Taxa DI).

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

“DI_k” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

4.3.4.4 Para efeito dos cálculos previstos no item anterior:

- i) o fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- iii) uma vez o Fator DI estando acumulado, considera-se o fator resultante com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.3.4.5 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.3.5 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte

da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.3.5.1 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da assembléia geral de Debenturistas.

4.3.5.2 A Emissora se obriga a resgatar as Debêntures de titularidade dos Debenturistas dissidentes, mediante solicitação destes, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, devidos, calculados *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento de Juros Remuneratórios até o dia do efetivo resgate das Debêntures, devendo o debenturista manifestar sua intenção por escrito ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) dias após a data de realização da assembléia de Debenturistas de que trata o item anterior. As Debêntures deverão ser resgatadas no prazo de até 10 (dez) dias após a data de realização da assembléia de Debenturistas.

4.3.5.3 A Taxa DI que deverá ser utilizada para o resgate das Debêntures será a última divulgada antes de sua extinção ou impedimento legal de utilização.

4.4 Repactuação

4.4.1 A Emissora, por meio do seu Conselho de Administração, deverá propor a repactuação de determinadas características das Debêntures da 1ª Série, de acordo com os seguintes termos e condições:

4.4.1.1A repactuação das Debêntures da 1ª Série ocorrerá ao final do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, ou seja, em 1º de junho de 2009 (“Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série”).

4.4.1.2A Emissora, por meio do seu Conselho de Administração, poderá deliberar e comunicar aos Debenturistas, por intermédio de publicação de Aviso aos Debenturistas, no 20º (vigésimo) dia anterior à Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série, as novas condições aplicáveis às Debêntures da 1ª Série, incluindo, mas não se limitando:

- (i) ao prazo;
- (ii) à remuneração;
- (iii) à periodicidade de pagamento da remuneração; e
- (iv) às demais características.

4.4.1.3Na mesma comunicação a que se refere o item 4.4.1.2 anterior, serão divulgados os locais da Instituição Escrituradora nos quais os Debenturistas, cujas Debêntures estejam ali depositadas, poderão exercer o Direito de Venda, conforme definido no item 4.4.1.4.

4.4.1.4Os Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora, conforme disposto no item 4.4.1.2 acima, terão o direito de vender, à Emissora, todas ou parte das Debêntures de que sejam titulares, sendo que a Emissora será obrigada a adquirir integralmente as Debêntures objeto do exercício do direito de venda dos Debenturistas (o “Direito de Venda”), desde que se manifestem, no 12º (décimo segundo) dia útil a contar da data da publicação do Aviso aos Debenturistas, por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures depositadas no SND, ou por meio dos procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX, ou, ainda, por intermédio da Instituição Escrituradora, para as Debêntures não vinculadas a esses sistemas, o exercício do Direito de Venda, indicando a

quantidade de Debêntures sobre a qual desejam exercer o Direito de Venda (as "Debêntures Objeto de Venda").

4.4.1.5A Emissora deverá informar ao Agente Fiduciário no 6º (sexto) dia útil contado do encerramento do prazo do exercício do Direito de Venda previsto no item 4.4.1.4 acima, a quantidade total de Debêntures Objeto de Venda, sendo que o valor de aquisição pela Emissora das Debêntures Objeto de Venda será calculado pelo Valor Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série, nos termos do item 4.3.2, calculado *pro rata temporis* desde o último pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série ("Preço de Exercício"). A aquisição das Debêntures Objeto de Venda deverá ser efetuada pela Emissora no 2º (segundo) dia útil contado da referida comunicação ao Agente Fiduciário ("Data do Exercício do Direito de Venda").

4.4.1.6Na Data do Exercício do Direito de Venda, o SND, a CBLCL, ou a Instituição Escriuradora, conforme o caso, liquidarão automaticamente a compra e venda das Debêntures Objeto de Venda, por meio de transferência das Debêntures Objeto de Venda da conta de custódia do Debenturista para a conta de tesouraria da Emissora, com o respectivo pagamento, pela Emissora ao debenturista, do Preço de Exercício. A liquidação das operações de compra e venda a que se refere este item 4.4.1.6 será considerada quitação integral e regular do Preço de Exercício pela Emissora aos Debenturistas.

4.4.1.7As Debêntures Objeto de Venda poderão, por opção da Emissora, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou ser novamente colocadas no mercado; e

4.4.1.8As Debêntures Objeto de Venda não farão *jus* a prêmio de qualquer natureza.

4.4.2 Não haverá repactuação das Debêntures da 2ª Série.

4.4.3 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido dos juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou ultimada data de pagamento dos últimos juros remuneratórios até a data do seu efetivo Pagamento,

observado o disposto no parágrafo segundo, do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

4.5 Subscrição

4.5.1 Prazo de Subscrição

4.5.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme o item 3.6.2 acima.

4.5.2 Preço de Subscrição

4.5.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.5.3 Integralização

4.5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

4.6 Amortização

4.6.1 Não haverá amortização programada para as Debêntures e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série serão pagos na Data de Vencimento das Debêntures de cada Série, ou na data de vencimento antecipado das Debêntures de cada Série, o que ocorrer primeiro.

4.7 Condições de Pagamento

4.7.1 *Datas de Pagamento da Remuneração*

4.7.1.1 Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série deverão ser pagos semestralmente a partir do 6º (sexto) mês contado da Data de Emissão, sempre no dia 1º (primeiro) dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que o último pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série coincidirá com a Data do Vencimento, ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, o que ocorrer primeiro (cada data de pagamento dos juros remuneratórios referida como a “Data de Pagamento da Remuneração”).

4.7.1.2 Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série deverão ser pagos na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série ou na data do vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Série, o que ocorrer primeiro.

4.7.2 *Local de Pagamento*

4.7.2.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND e/ou pela CBLC, conforme o caso, para as Debêntures registradas em negociação nesses sistemas; ou, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas junto ao SND e/ou CBLC, conforme o caso, (ii) na sede da Emissora; ou (iii) na sede da Instituição Depositária ou, conforme o caso, (iv) por instituição financeira contratada para este fim.

4.7.2.2 Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.

4.7.3 *Prorrogação dos Prazos*

4.7.3.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a Data de Pagamento da Remuneração coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.7.4 *Encargos Moratórios*

4.7.4.1 Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.7.5 *Não Comparecimento dos Debenturistas*

4.7.5.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, no prospecto e respectivo suplemento desta Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.8 **Comunicações**

4.8.1 *Publicação na Imprensa*

4.8.1.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão

publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no jornal "Cidade de Barueri", no jornal "DCI – Comércio, Indústria & Serviços", e no jornal "Valor Econômico", observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

11 03 05

4.8.2 Comunicações

4.8.2.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) Para a Emissora:

Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil
Avenida Eusébio Matoso, n.º 891 – 2º andar
05423-901- São Paulo - SP
At.: Rogério Carvalho Braga
Diretor de Relações com os Investidores
Telefone: (11) 3097-5647
Fac-símile: (11) 3812-0894
Correio eletrônico: rogerio.braga@unibanco.com.br

ii) Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.
Avenida Paulista, n.º 2.439, 11º andar
São Paulo - SP
CEP: 01311-300
At.: Viviane Rodrigues
Telefone: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3060-9575
E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

iii) para a Instituição Mandatária, Depositária e Escrituradora das Debêntures:

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Avenida Eusébio Matoso, n.º 891 – 21º andar
05423-901- São Paulo - SP
At.: Eliana Baroni
Telefone: (11) 3097-4111
Fac-símile: (11) 3097-4212
Correio eletrônico: eliana.baroni@unibanco.com.br

iv) para a CETIP:

CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação
Av. República do Chile, 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
São Paulo – SP
CEP 01009-000
Telefone: (11) 3111-1411
Fax: (11) 3115-1664}

4.8.2.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

4.8.2.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 3 (três) dias úteis após o envio da mensagem.

5. DO RESGATE E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Resgate Antecipado

5.1.1 Não haverá resgate antecipado das Debêntures.

5.2 Vencimento Antecipado

5.2.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o imediato pagamento integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, em qualquer das seguintes hipóteses e de acordo com os procedimentos descritos abaixo:

- i) intervenção, dissolução, liquidação ou extinção da Emissora;
- ii) pedido de recuperação extrajudicial, recuperação judicial, pedido de autofalência, ou decretação de falência da Emissora;
- iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 5 (cinco) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- iv) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura, desde que não sanado em 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento de aviso escrito nesse sentido que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- v) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora no valor de, no mínimo, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) contra a Emissora que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito nesse

sentido que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se tiver sido validamente comprovado pela a Emissora que o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro; cancelado, ou efetuado; o pagamento do(s) título(s) protestado(s);

vi) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedade por Ações, (a) tal alteração societária for aprovada por titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação ou (b) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;

vii) transferência do controle acionário, tal como definido em lei, da Emissora para pessoas físicas ou jurídicas que não sejam suas controladoras, diretas ou indiretas, ou para pessoas jurídicas que não sejam suas controladas ou sujeitas a controle comum, diretas ou indiretas; ou

viii) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, exceto pelo pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja inadimplente com relação às suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão.

5.2.2 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos (i); (ii) e (iii) acima, o Agente Fiduciário deverá ser imediatamente informado pela Emissora da ocorrência dos referidos eventos, e as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial;

5.2.3 Ocorrendo quaisquer das demais hipóteses previstas no item 5.2.1 acima que não sejam aqueles previstos no item 5.2.2, o Agente Fiduciário deverá ser imediatamente informado pela Emissora da ocorrência de tais hipóteses. Não sendo tais eventos sanados dentro dos prazos previstos nesta Escritura, o Agente Fiduciário deverá convocar, nos termos e condições da presente Escritura, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for comunicado pela

terços) das Debêntures
e em circulação, conform

Embléias de Debenturistas
 Embléias da 1ª Série, ou de

Fiduciário deverá enviar

ado das Debêntures da
caso, o resgate das me

resgate das Debêntures o
no prazo estipulado no

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1

A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo semestre social, acompanhada de parecer dos auditores independentes;
 - b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
 - c) dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, desde que não coincidam com os termos dos exercícios citados nos itens (a) e (b) acima, cópia de suas Informações Trimestrais acompanhada de relatório de revisão especial emitido por auditor independente;
 - d) dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis a partir de sua realização, informações sobre qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da Assembleia Geral ou dos órgãos de sua administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político/administrativo, técnico, negocial ou econômico/financeiro que possa influir de modo ponderável na condição financeira e patrimonial da Emissora;
 - e) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;

- f) as informações pertinentes à Instrução nº 202, de 6 de dezembro de 1993, da CVM, e alterações posteriores, fornecidas com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - g) notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral convocada para deliberar sobre qualquer prática que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembleia a se realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
 - h) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.8.1 acima;
 - i) qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
 - j) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, imediatamente após o seu recebimento;
 - k) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento;
 - l) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.2 acima imediatamente após a sua ocorrência.
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;

- iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- iv) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- v) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- vi) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- vii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos; e

- xii) submeter, anualmente e até o vencimento das Debêntures, a presente Emissão à revisão e avaliação pela agência classificadora de risco contratada, disponibilizando ao Agente Fiduciário cópia dos relatórios que vierem a ser emitidos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento, e dando ampla divulgação de tal avaliação no mercado.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2 O Agente Fiduciário declara:

- i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM (“Instrução nº 28/83”), para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições; e
- iv) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, e alterações posteriores.

7.2.1 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, assembléia geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-lá.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

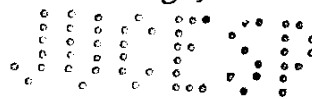
7.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução nº 28/83, e eventuais normas posteriores.

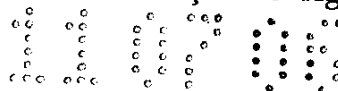
7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva

substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.



7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.



7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- x) convocar, quando necessário, assembléia geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- xi) comparecer à assembléia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- e) resgate e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- xiii) colocar as versões eletrônica na página da rede mundial de computadores do Agente Fiduciário e impressa na sede deste do relatório de que trata o item 7.4 (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora. Além disso, o Agente Fiduciário deverá encaminhar as versões eletrônica e impressa do referido relatório à Emissora, ao Coordenador Líder e à CETIP, para que estes o disponibilizem nas suas respectivas páginas da rede mundial de computadores e sedes sociais. A Emissora encaminhará a versão eletrônica do relatório à CVM pelo Sistema IPE;
- xiv) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item 7.4 (xiii) acima;
 - xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;

- xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- xvii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - a) à CVM;
 - b) à CBLC;
 - c) à CETIP; e
 - d) ao Banco Central do Brasil;
- xviii) encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) de risco das Debêntures objeto de atualização, na forma do item 6.1 (xii) acima, no prazo de 15 (quinze) dias da sua veiculação.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures, nos termos da Cláusula 5.2., e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- ii) requerer a falência da Emissora;

iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

iv) representar os Debenturistas em processo de recuperação extrajudicial, recuperação judicial ou falência da Emissora.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a assembléia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem 7.5 (iv) acima.

7.7 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- (i) Remuneração anual de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais), a ser paga em parcelas trimestrais, sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) dias após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos trimestres subseqüentes até o vencimento da emissão; e
- (ii) As parcelas de remuneração serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda e nas Alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.7.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.7.2 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo.

7.7.3 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

7.7.4 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração, até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela assembléia geral de Debenturistas nos termos da cláusula 8 abaixo.

7.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere o item 7.8 acima será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora.

7.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.8.5 As despesas a que se refere o item 7.8 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.8.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os titulares de Debêntures de cada uma das séries, poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da 1ª Série e dos Debenturistas da 2ª Série, conforme o caso (em conjunto "Assembléias de Debenturistas").

8.2 Aplica-se às Assembléias de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto da Lei das Sociedades por Ações sobre assembléia de acionistas.

8.3 As Assembléias de Debenturistas podem ser convocadas (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas de cada uma das Séries que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

8.4 As Assembléias de Debenturistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Serão excluídas do quorum de instalação das Assembléias de Debêntures as Debêntures que se encontrarem em tesouraria da Emissora, ou de titularidade de seus administradores.

8.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias dos Debenturistas.

8.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembléias de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.8 A presidência das Assembléias de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.9 Nas deliberações das Assembléias de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto no item 8.9.1 abaixo, as deliberações a serem tomadas em Assembléias dos Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

8.9.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere o item 8.9 acima:

- (i) os quoruns expressamente previstos em outros itens desta Escritura; e
- (ii) exceto pela Repactuação das Debêntures da 1ª Série, que não depende de autorização da Assembléia de Debenturistas, as alterações (a) dos quoruns previstos nesta Escritura; (b) da forma de remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento e prazos previstos nesta Escritura (inclusive alteração da data de repactuação); (d) da espécie das Debêntures, (e) da amortização das Debêntures, e (f) das hipóteses de vencimento antecipado, dependerão de aprovação por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui

previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

DECLARAÇÕES

iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;

DECLARAÇÕES

iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e

v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladoras,

controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- vi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- vii) os prospectos preliminar e definitivo e respectivos suplementos relativos à Emissão das Debêntures contêm todas as informações relevantes em relação à Emissora e seus controladores, controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- viii) as opiniões e análises expressas no prospecto e respectivo suplemento em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- ix) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração do prospecto e/ou do suplemento seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;
- x) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto e/ou no suplemento são verdadeiros;
- xi) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas sejam partes ou no qual

seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- xii) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2005, bem como as informações trimestrais de 31 de março de 2006 representam corretamente a posição financeira da Emissora, controladas e/ou coligadas em tais datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- xiii) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- xiv) exceto pelas contingências informadas no prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades.

10.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Barueri, 20 de junho de 2006.

(Página de Assinatura da Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Subordinada, da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil)

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

PL 
Nome: **ROBERTO LAMY**
Cargo: **Diretor Executivo**

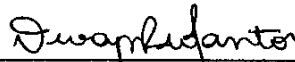

Nome: **LEILA CRISTIANE BARBOZA**
Cargo: **BRAGA DE MELO**



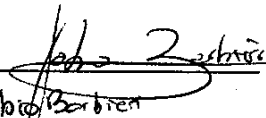
(Página de Assinatura da Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Subordinada, da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil)

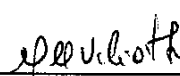

Nome: Artur M. de Figueiredo
Cargo: Diretor

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.


Nome: Viviane A. R. dos Santos
Cargo: Diretora

Testemunhas:

1. 
Nome: Fabio Barboza
RG.: 25293787-8

2. 
Nome: Cláudia C. R. Velloso
RG: 140440756

